

CORREIO ECONÔMICO



Impeto de compras no final de ano será mais moderado

Consumidor deve ser mais 'econômico' no fim de ano

Praticamente um mês após elevar, entre 10% e 12%, o faturamento, no comparativo anual, da 'invenção ianque', o Black Friday, o consumidor brasileiro se mostra mais 'comedido' nas compras para as festas de fim de ano, em que 40% deles admitiram adotar uma atitude 'mais econômica', enquanto outros 36% vão optar por cartões-presente, aqueles em que o

destinatário fica livre para comprar o que quiser. A intenção tupiniquim é de gastar até 27% a mais do que em 2023, o que perfaz um valor total de R\$ 1.365. O levantamento consultou um universo de 1 mil consumidores acima de 18 anos, em que mais da metade dos entrevistados (52%) pretendem priorizar promoções e 42% darão preferência a 'marcas menos caras'.

Mudanças

Também mereceram destaque na pesquisa, mudanças como: comprar mais produtos com preço pela metade, na modalidade "compre 1, leve 2"; mas 30% vão adquirir os mesmos produtos, mas em menor quantidade (30%), além de usarem mais vouchers (21%).

Motivação

No que toca à maior motivação para as compras de fim de ano, o levantamento Blackhawk apontou que, para 70% das pessoas, o maior incentivo para as compras são os anúncios das promoções e 52% teriam sido atraídos por promoções nas redes sociais.



Após crescer 4,4% este ano, setor avançará 3% em 2025

Indústria da construção 'freia ritmo' e crescerá 3% em 2025

Depois da surpresa, a decepção. De acordo com dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o PIB (Produto Interno Bruto) deve minguar dos 4,1% deste ano, para 2,3% no próximo, e de 4,4% e 3%, respectivamente, nas projeções do Sinduscon, em parceria com a FGV. Já o Sinduscon-SP, em parce-

ria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), projeta que o PIB da construção apresente altas de 4,4% em 2024 e 3,0% em 2025. Para a coordenadora de estudos da construção da FGV, Ana Maria Castelo, "todos os cenários indicam tendência de desaceleração mas, ainda assim, estamos falando de crescimento".

Preocupação

Ao observar 'menor dinamismo' da economia brasileira em 2025, com inflação acima do teto da meta e alta de juros, o que esfria os negócios, a economista da CBIC, Ieda Vasconcelos emenda: "Vemos, com grande preocupação, a alta da Selic no ano que vem".

Até quando?

Após o Banco Central (BC) 'queimar' US\$ 27,76 bilhões das reservas cambiais do país (8,16% do total) em menos de uma semana, a título de conter a disparada do dólar, que, enfim, recuou 0,87%, a 6,0710 reais, na última sexta (20), o mercado questiona: "Até quando?".

Sustentação

A expectativa do setor é no sentido de que o crescimento do PIB, em 2025, se sustente pelo ciclo de obras em andamento e por empreendimentos já contratados, cujas obras devem ter início nos próximos meses, tanto em infraestrutura quanto no ramo imobiliário.

Baixa na pressão

Do ponto de vista macroeconômico, a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pelo Senado foi positiva, ao 'acalmar' o câmbio, pois reduz despesas federais obrigatórias, além de um projeto de lei complementar que trava despesas públicas.

Aperto monetário deverá agravar mais questão fiscal

Para a agência Fitch, governo federal preferiu 'acomodar gastos sociais'

Por Marcello Sigwalt

Pacotes à parte, o fato é que o aperto monetário – iniciado, em novembro último, pelo Banco Central (BC), que o intensificará, pelo menos, até março do ano que vem – deverá agravar o desafio no campo fiscal.

A projeção sombria partiu da agência de classificação de risco Fitch que, pelo menos, por enquanto, decidiu manter em BB (dois níveis abaixo do grau de investimento e com perspectiva estável) a nota de crédito do país. Em dois meses, a Selic (taxa básica de juros) 'saltará' dos atuais 12,25% ao ano para 14,25% ao ano.

Embora admita que a alta de juros promovida pela autoridade monetária visasse 'ancorar' as expectativas de inflação, a agência entende que tal medida exercerá 'impacto negativo' sobre a trajetória fiscal tupiniquim, acrescentando que o governo petista "adotou uma estratégia fiscal arriscada", ao permitir que o déficit crescesse em 2023, a fim de 'acomodar'



Para agência de classificação Fitch, aperto monetário do BC impõe 'desafios fiscais' ao Planalto

gastos sociais mais elevados, relegando a segundo plano a 'consolidação' das contas públicas nos anos subsequentes.

Sobre a política monetária 'ultra restritiva', combinada com a ausência de 'uma sólida âncora fiscal', a agência comenta que "os juros maiores irão imediatamente elevar os custos, pois metade da dívida do Brasil

está ligada à Selic". Sua projeção é de que a dívida/PIB cresça 4 pontos percentuais por ano, de 77,3% em 2024, e atinja 85% em 2026". A Fitch entende que a 'escalada' do dólar vai elevar a tensão entre as políticas monetária e fiscal.

A instituição recomenda "melhorar a clareza e a confiabilidade das medidas de ajuste fis-

cal, que já foram diluídas pelo Congresso". De todo modo, a Fitch avalia que "embora o pacote ajude a evitar que os gastos ultrapassem o limite estabelecido na regra fiscal, esse limite apenas estabiliza os gastos como uma parcela do PIB, em vez de impulsionar a consolidação fiscal, o que exigiria aumentos de receita".

Confiança da indústria tem queda geral

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) diminuiu em dezembro em 27 do total de 29 setores e em todas as regiões do Brasil, de acordo com balanço da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgado nesta sexta-feira, 20. A entidade fala "queda generalizada" no mês em diferentes segmentos da indústria extrativa, extração de minerais não metálicos e outros da indústria de transformação.

A medida utilizada pela CNI, na pesquisa, varia de zero a 100 pontos, sendo 50 a linha divisória entre expectativas positivas e negativas. A quantidade de segmentos com falta de confiança (abaixo de 50 pontos) era apenas 2 em novembro. Agora em dezembro, são 17 setores. A entidade cita "maior disseminação de pessimismo" desde maio de 2023.

Do total de 29, apenas 11 segmentos seguem confiantes

(acima de 50). "Isso é explicado muito por conta das incertezas quanto ao andamento do ajuste fiscal no país e seus impactos, tanto em juros quanto em câmbio, que afetam bastante as empresas", avalia Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

Na classificação de setores menos confiantes, destaque para produtos de borracha, madeira, produtos de minerais não-metálicos e têxteis. Todos

abaixo de 48 pontos. Os mais otimistas são: farmoquímicos e farmacêuticos, bebidas, impressão e reprodução, máquinas e materiais elétricos. Todos acima de 52 pontos.

Ainda segundo a pesquisa, o Índice de Confiança teve queda mais acentuada nas empresas da região Sul, com baixa de 4 pontos; o Sudeste caiu 2,5 e o Nordeste, 2,3 pontos; Centro-Oeste 1,6 ponto e o Norte, 1,2.

Escalada do dólar pressionará a inflação

Rodrigo Pozzebom - Agência Brasil



Disparada da moeda ianque vai pressionar preços internos

O repasse do câmbio foi mencionado pelo Banco Central na ata do Copom de dezembro, que elevou a Selic para 12,25%

Se um dólar ao redor de R\$ 6 por si só já é motivo de preocupação com a inflação, o momento atual exige ainda mais cuidado, porque o repasse da desvalorização da moeda brasileira para os preços ao consumidor está ainda mais forte. O chamado 'pass through' maior decorre da atual dinâmica da economia brasileira, que opera acima da capacidade. Incertezas com os rumos da política fiscal e a própria trajetória prospectiva da inflação adicionam mais cautela ao cenário, turbinando o efeito da moeda nos itens vendidos ao consumidor.

O repasse do câmbio, aliás, foi mencionado pelo Banco Central na ata do Comitê de Política Monetária (Copom) de dezembro, que elevou a Se-

lic para 12,25% ao ano e indicou mais dois aumentos de 1 ponto porcentual. No texto, o colegiado citou que o repasse "aumenta quando a demanda está mais forte, as expectativas estão desancoradas ou o movimento cambial é considerado mais persistente".

"A economia parece ter vários desequilíbrios atualmente, com destaque para uma demanda que está esticada em relação à oferta", reforça o economista da consultoria Quantitas João Fernandes. "Começa-se a antecipar que haverá efeitos inflacionários, mas ninguém sabe

ao certo o tamanho deles. Com um ambiente de dólar alto, as pessoas [formadores de preço] pensam: 'eu não sei quanto mais esse dólar vai subir, mas isso vai virar custo para mim, então é melhor eu repassar essa desvalorização cambial logo'", detalha.

Ele trabalha hoje, em seus modelos de projeção de inflação, com um pass through do câmbio entre 8% e 10%, isto é, uma desvalorização do câmbio de 10% pode levar, no limite, a um IPCA de quatro trimestres à frente 1 ponto porcentual mais alto. "Até mais ou menos 2021, esse repasse era mais baixo, entre 6% e 7%", aponta.

Fernandes ressalta, contudo, que há gradações diferentes desse repasse, a depender do tipo de item, já que nos alimentos (14%) e bens industriais (8%) a tendência do repasse é muito mais forte do que nos serviços (2%).

Toffoli suspende punição fiscal contra RJ

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu na sexta-feira (20), as punições contra o Rio de Janeiro impostas pela União por descumprimento das regras do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). De acordo com a Corte, também foi determinado que o Estado tenha o direito de pagar suas dívidas com o ente nacional em parcelas equivalentes aos valores de 2023 até o fim de junho de 2025.

Em maio, o Ministério da Fazenda informou que o Rio de Janeiro violou o acordo com a União para a quitação de sua dívida. "O relatório apontou que as ações do governo fluminense em 2023 geraram um rombo superior a R\$ 3 bilhões", informou o STF. O governo federal aplicou sanções ao Estado, que contestou as medidas no Supremo.

O ministro determinou a permanência do Estado no

RRF e suspendeu o aumento de 30% no valor da dívida – uma das punições impostas pela União. Segundo o tribunal, o governo fluminense sustenta que o rombo apontado pela Fazenda é explicado principalmente pela política econômica da União, baseada em "juros estratosféricos e a guerra fiscal, que retirou indústrias dos centros com economias maduras, levando-as para outros estados com incentivos fiscais". Já a

União alega que "a fragilidade das contas públicas do Estado do Rio de Janeiro se deve às escolhas locais".

Toffoli indicou a realização de audiências entre as partes para que o tema seja resolvido de maneira consensual. Ele ainda citou na decisão o novo regime de negociação de dívida dos Estados, aprovado nesta semana pelo Congresso, que beneficiará em especial Estados como o Rio e Minas Gerais.